

CURRÍCULO MÍNIMO DO SEXTO ANO: DESAFIOS METODOLÓGICOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.

RESUMO

O presente artigo traça uma análise crítica sobre o currículo mínimo do sexto ano utilizado no Estado do Rio de Janeiro, afim de elencar suas contribuições didáticas-pedagógicas para o ensino da geografia dentro das salas de aula.

A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica do artigo "O currículo mínimo da SEEDUC-RJ: A produção de políticas curriculares e a perspectiva para os professores de geografia." de Felipe Flores Rodrigueis

O objetivo deste trabalho é investigar como a homogeneização do plano de curso interfere na desvalorização da cultura local. Este trabalho questionará como esta padronização curricular pode comprometer a relação didática X cultura? A fim de responder dê que forma poderemos promover uma harmonização do ensino sem comprometido a cultura de cada sociedade.

Palavra-chave: Currículo mínimo. Homogeneização. Significado.

INTRODUÇÃO

O currículo mínimo no Estado do Rio de Janeiro, surge como uma política pedagógica que definem uma adesão de uma base comum para o ensino. Esta forma de padronizar o currículo busca construir uma educação de qualidade e igualitária à todos.

Em um bom plano de curso norteará nossas ações, sendo de vital importância para o êxito de nossas atividades. Como educadores o uso desta ferramenta é indispensável, pois o planejamento nós direcionar à obtenção o nosso objetivo, dizendo como e quando este será alcançado, auxiliando o professor no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Libâneo (1994) planejamento é a organização e coordenação das atividades didáticas, porém este não engessar ou limitará as ações docentes, cabendo sempre uma análise e revisão das mesmas no processo de ensino.

O processo de ensino é aprendizagem se dá pela relação teoria e prática. Porém o que se tem observado é que dentro desta padronização do currículo, a vivência do aluno e sua regionalidade e cultura não tem sido valorizada.

Neste contexto o conteúdo programático que deveria ser é um importante orientador pedagógico para o professor e dialogar como o educando, ele representa na verdade a interlocução ideológica de interesses políticos econômicos de grupos capitalistas.

Em 1914 vivemos a padronização auto motiva, onde Henry Ford afirmava : "o cliente pode ter o carro na cor que quiser, contanto que seja preto".

Será que nas propostas atuais do ensino não estamos vivendo uma padronização do racionalismo humano? onde o governo afirma: " O cidadão pode defender os ideais que quiser, contanto que seja capitalista."

"A educação não tem como objeto real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo. A educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida." (SANTOS, 1998, 126).

Percebemos assim que os interesses políticos fantasiam-se de documentos legais, afim de perpetuar seus anseios e seu sistema, difundir suas ideologias por meio dos currículos educacionais. Este documentos assume um caráter controlador e regulador no sistema do ensino, tendo como meta o alcance de metas pré-estabelecidas em provas nacionais, como Prova Brasil, Saeb, Enem.

Ao recorrermos a história da didática da alfabetização veremos que no século XX temos o uso de cartilhas como ferramenta pedagógica no processo de letramento. Esse procedimento passou a ter um caráter meramente formativo preocupando-se apenas como o fazer do professor dentro da sala de aula e não como a aprendizagem do aluno.

Metaforicamente falando a "cartilha do currículo mínimo" traz um ensino onde a teoria do "b a bá" é contemplada porém esta não pode ser lida pelo alunado pois não possui significado para o mesmo. Sendo desta forma estimulado um ensino bancário baseado no acúmulo de informações e não na formação do aluno. Paulo Freire(1991), Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.

O panorama que traçamos até aqui mostra como esta homogeneização curricular promove um ensino em massa, e um estímulo a uma igualdade curricular que se afasta de uma equidade no ensino. Tal proposta pedagógica engessa o fazer do educador, que deveria refletir diariamente a respeito de que ensino deveria ser construindo? Que valores estamos passando? Que educandos queremos formar?

Ao analisarmos o plano de curso compreendemos sua importância nas atividades escolares servindo como um mapa que guiará o professor no desenvolvimento de suas aulas. O estabelecimento de uma base comum curricular mínima no âmbito da disciplina de geografia garantirá obviamente o mínimo de aprendizagem, estaremos construindo um saber raso, descontextualizado com a realidade dos discentes, onde não há uma reflexão crítica dos conteúdos trabalhados dentro da sala de aula.

A razão pedagógica, a razão didática, está associada à aprendizagem do pensar, isto é, a ajudar os alunos se constituírem como sujeitos pensantes, capazes de pensar e lidar com conceitos, para argumentar, resolver problemas, para se defrontarem com dilemas e problemas da vida prática. Democracia na escola hoje, justiça social na educação, chama-se qualidade cognitiva e operativa do ensino. (LIBANÊO, 2002, p.26)

O ensino de geografia deve investigar o espaço e as relações que o compõem e o constrói, esta é uma disciplina cujo seu conteúdo é "vivo", onde o saber é construído em rede, a padronização curricular desata os nós desta rede que tece o conhecimento geográfico.

A base comum curricular em geografia trará uma ruptura na continuidade, a progressão do ensino, limitando-se ao conhecimento meramente técnico, como pode ser visto na imagem 1:

Geografia		6º ANO / ENSINO FUNDAMENTAL
1º Bimestre	Foco do Bimestre Conhecendo o espaço geográfico	
Habilidades e Competências	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer características geográficas. - Relacionar aspectos que revelam a identidade do aluno com o seu lugar de vivência. - Identificar a interação do homem que distingue as paisagens e tempos. - Observar diferenças espaciais resultantes das formas de organização das sociedades. - Reconhecer a importância do trabalho humano na transformação do espaço. 	
2º Bimestre	Foco do Bimestre Alfabetização cartográfica	
Habilidades e Competências	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer elementos do mapa e sua importância para leitura de mapas. - Identificar orientação na superfície terrestre. - Localizar e orientar-se na superfície terrestre. - Interpretar mapas de base e temáticos. - Reconhecer as especificidades dos movimentos da Terra. 	
3º Bimestre	Foco do Bimestre Dinâmicas naturais e suas interações	
Habilidades e Competências	<ul style="list-style-type: none"> - Observar o sistema de insolação sobre a superfície terrestre, caracterizando as zonas climáticas e identificando os principais fenômenos meteorológicos. - Identificar os fatores que interferem no clima e distinguir os tipos climáticos. - Relacionar as paisagens vegetais com os tipos climáticos. - Reconhecer a estrutura interna da Terra e identificar sua relação com a formação do relevo terrestre e a ocorrência dos fenômenos naturais. 	
4º Bimestre	Foco do Bimestre Relação homem e natureza	
Habilidades e Competências	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o homem como elemento da natureza (natureza transformada). - Identificar efeitos da ação humana nas dinâmicas naturais. - Identificar e problematizar questões ambientais. - Conhecer diferentes formas de apropriação do espaço (desenvolvimento sustentável etc.). 	

Ao analisarmos o currículo proposto para o sexto ano, vemos a institucionalização de uma "geografia de enciclopédia, de glossário, classificatória" preocupada na designação dos conceitos. A geografia não se limita apenas na alfabetização cartográfica ou na simples definição da flora, mas ela promove uma reflexão acerca do espaço as relações presentes nele.

Um outro aspecto que podemos elencar neste modelo de homogeneização curricular é falta de representatividade legítima dos coordenadores educacionais, professores, alunos, muitos destes dizem ter sido excluídos do processo de reforma curricular, assim temos um documento de caráter excludente, porém assumiu um papel democratizado, mais que infelizmente não representa as especificidade de cada disciplina.

Este autoritarismo velado anulam a autonomia e criatividade dos professores e limitam o acesso dos alunos ao mundo de conhecimentos. Nesta estrutura em vigor não atende a função primordial da geografia, que é auxiliar o educando a compreender o mundo a sua volta por meio de pesquisas, debates mais profundos, afim de solucionar os desafios encontrados.

Por fim enfatizo que a reforma curricular deverá começar na formação do corpo docente, deverá ter participação democrática de fato, e imprescindivelmente deverá dialogar com os discentes e suas realidades.

Para falarmos de uma reforma curricular deveríamos falar de uma reforma social onde governantes entendam que levar currículo comum, não se trata de diminuir um senso comum, onde levar um currículo mínimo quis respeito à minimizar o conhecimento dos alunos.

Portanto um currículo deve entrelaçar a heterogeneidade cultural à homogeneização curricular estabelecendo desta forma uma gestão democrática do ensino, onde a autonomia social esteja contemplada e o conhecimento geográfico não seja engessado nos moldes do sistema vigentes.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler em Três Artigos que se Completam. São Paulo. Editora Cortez, 1982.

LIBÂNEO, José C. Didática. São Paulo, Cortez, 1994.

LIBANÊO, José C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001 2002, p.26

Rodrigues, Felipe F. "O currículo mínimo da SEEDUC-RJ: A produção de políticas curriculares e a perspectiva para os professores de geografia

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 5ª ed., p 126